

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS NAS PESQUISAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DO BRASIL

ARCHIVAL PUBLIC POLICIES IN THE RESEARCH OF *STRICTO SENSU* POSTGRADUATE PROGRAMS IN INFORMATION SCIENCE IN BRAZIL

Eliane Silveira Gonçalves | Angelica Alves da Cunha Marques

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag20a5>

Resumo: Este artigo objetiva mapear a produção científica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil, para estudar as políticas públicas arquivísticas, tema de uma tese em andamento. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, exploratória e descritiva pesquisa, realizada em duas etapas. Na primeira, identificaram-se 74 obras, em buscas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na segunda, com técnicas da pesquisa bibliográfica, foram realizadas leituras reflexivas para elaboração da revisão sistemática de literatura com os dados identificados. Das 74 obras, 46 foram utilizadas na pesquisa por terem sido produzidas em programas de Ciência da Informação. A partir da sua análise, conclui-se que existe concordância quanto ao uso dos termos políticas arquivísticas e políticas públicas arquivísticas como sinônimos, bem como em torno da inexistência de políticas públicas arquivísticas no Brasil, apesar da legislação na área. As obras de José Maria Jardim são as referências mais utilizadas nas discussões sobre políticas arquivísticas e políticas públicas arquivísticas, no material analisado.

Palavras-chave: Arquivologia; Ciência da Informação; Política nacional de arquivo; Políticas arquivísticas; Políticas públicas arquivísticas.

Abstract: This article aims to map the scientific production of *stricto sensu* postgraduate programs in Information Science in Brazil, in order to study archival public policies, the subject of an ongoing thesis. This is a quali-quantitative, exploratory and descriptive research carried out in two stages. In the first, 74 works were identified, through searches in the Catalog of Theses and Dissertations of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). In the second, using bibliographical research techniques, reflective readings were carried out to prepare a systematic literature review with the identified data. Of the 74 works, 46 were used in the research because they were produced in Information Science programs. From its analysis, it is concluded that there is agreement on the use of the terms archival policies and archival public policies as synonyms, as well as on the lack of archival public policies in Brazil, despite the legislation in the area. The works of José Maria Jardim are the most used references in discussions about archival policies and archival public policies, in the analyzed material.

Keywords: Archivology; Information Science; National archival policy; Archival policies; Archival public policies.

Introdução

A Ciência da Informação é uma disciplina que promove o estudo da comunicação científica (convencional ou não), como um meio de legitimação da pesquisa científica que contribui para a ciência, por intermédio de atividades relacionadas com a sua produção, disseminação e (re)utilização. Assim, a comunicação científica se torna um instrumento de cooperação que orienta a produção e a promoção da ciência na sociedade, que, fortalecida pela Ciência da Informação (PINHEIRO, 2012), amplia a sua finalidade ao longo dos anos,

tendo, como aliados, as universidades e os seus espaços de desenvolvimento da ciência, influenciados pelos avanços técnicos e tecnológicos.

O conhecimento científico passou a ser disseminado de formas variadas, tanto por quem o produz quanto por aqueles que o utilizam para criar outros saberes em diferentes áreas de especialização. Assim, com paradigmas sendo quebrados ou reestruturados, a comunicação científica se revela um campo fértil para inúmeros diálogos em diferentes temas, por meio de comunicações convencionais e não convencionais.

As comunicações convencionais – também conhecidas como literatura branca ou literatura comercial –, são produções divulgadas em meios formais, como livros e periódicos científicos, em formato físico ou digital. Essas comunicações apresentam circulação rápida, vasta visibilidade e fácil recuperação por canais comunicacionais reconhecidos no universo científico (BOTELHO *et al.*, 2015).

A comunicação não convencional – também conhecida como literatura cinzenta ou literatura não comercial –, refere-se às produções desenvolvidas em espaços limitados e, em determinados casos, de difícil disseminação. Mesmo não sendo uma literatura convencional, possui sua importância, uma vez que é desenvolvida com rigor metodológico e suscita discussões e reflexões no campo científico. São exemplos desse tipo de comunicação: relatórios institucionais, técnicos, de pesquisas, de mercado, anais de eventos científicos, documentos oficiais, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), dissertações e teses (BOTELHO *et al.*, 2015).

Este artigo objetiva mapear a produção científica dos programas de pós-graduação (PPG) *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil, a fim de subsidiar uma revisão de literatura de uma tese em andamento, sobre políticas públicas arquivísticas.

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, de caráter exploratório e descritivo, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, a partir do levantamento dos trabalhos identificados com o tema supramencionado, no Catálogo de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹. As discussões levarão em conta apontamentos da comunicação científica na análise dos resultados.

Produção de literatura cinzenta no catálogo da CAPES

Existem diversos tipos de literatura cinzenta, mas a produção científica resultante de pesquisas de mestrado e doutorado profissionais e acadêmicos, nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, merece destaque, uma vez que segue rigor metodológico e contribui para a divulgação científica de um determinado tema.

Essa produção se insere em cursos que são classificados, de acordo com a definição da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2011) em Mestrado e Doutorado

¹Pesquisa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>, em fevereiro e julho de 2023.

Profissional, Mestrado e Doutorado Acadêmico. Quanto aos TCCs, produtos finais dos Mestrados e Doutorados Profissionais, temos:

Art. 11º Os trabalhos de conclusão dos cursos profissionais deverão atender às demandas da sociedade, alinhadas com o objetivo do programa, utilizando-se o método científico e o estado da arte do conhecimento, seguindo-se os princípios da ética. Parágrafo único. O regulamento do programa Profissional deverá indicar os formatos dos trabalhos de conclusão, assim como os mecanismos de registro documentado sobre o conhecimento gerado pela pesquisa, para fins de verificação e avaliação.

Art. 12º As orientações específicas para os formatos dos trabalhos de conclusão serão explicitadas nos documentos orientadores de cada área de avaliação, permitindo formatos inovadores, com destaque para a relevância, inovação e aplicabilidade desses trabalhos para o segmento da sociedade na qual o egresso poderá atuar (BRASIL, 2019:26).

Quanto à dissertação, desenvolvida em Mestrados Acadêmicos, temos:

[...] documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico retrospectivo, de tema único e bem delimitado em sua extensão, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar informações. Deve evidenciar o conhecimento de literatura existente sobre o assunto e a capacidade de sistematização do candidato (ASSOCIAÇÃO..., 2011:2).

A tese, por sua vez, é definida como:

[...] documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão (ASSOCIAÇÃO..., 2011:4).

Com o apoio das tecnologias e suas ferramentas, a produção científica tem, paulatinamente, ampliado seu acesso, auxiliando no desenvolvimento da ciência e expondo novos debates e metodologias. A produção supramencionada é elaborada por meio de pesquisas científicas que utilizam base teórica, métodos e técnicas com rigor científico e normalização amplamente conhecida nas dinâmicas institucionais de ensino (COSTA, 2019). É fonte importante de informação, que merece atenção por parte dos autores, orientadores e instituições de fomento à pesquisa, no que diz respeito ao conteúdo, ao formato, ao armazenamento e à divulgação das obras produzidas (MOURA, 2009).

Com o intuito de disseminar a produção das instituições de ensino e dos programas de pós-graduação, a CAPES utiliza o Catálogo de Teses e Dissertações, no qual são disponibilizadas referências das pesquisas de mestrados e doutorados do Brasil. A plataforma, criada em 2002, oferece acesso aos referenciais e aos resumos da produção científica, sendo possível obter informações por região, estados, ano, área de avaliação, área do conhecimento, Instituições de Ensino Superior (IES), PPGs, entre outros. Os PPGs alimentam a plataforma, em conformidade com a lei de direitos autorais – Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998). A decisão da obrigatoriedade da disponibilização

da referida produção, em meios digitais dá-se pela Portaria nº 13/2006 (BRASIL, 2006)², apresentada pela CAPES, que acabou por facilitar o acesso às obras.

No momento desta pesquisa, o Catálogo de Teses e Dissertações possuía 44.959 dissertações e 20.827 teses, totalizando 65.786³ pesquisas, produzidas desde 1987. Com a maior porcentagem de indexação, destacava-se a Região Sudeste, com 41,36% de dissertações e 52,33% de teses, sendo responsável por 44,83% da produção científica referenciada naquele momento. A Região Norte concentrava a menor quantidade, com 5,20% das dissertações e 2,83% das teses, representando, assim, 4,45% da produção.

Pesquisa bibliográfica: breves considerações

As comunicações científicas, tanto a literatura cinzenta quanto a não cinzenta, promovem o aprimoramento da pesquisa científica ao introduzir novos conhecimentos. A pesquisa bibliográfica é uma metodologia que facilita essa dinâmica, ao proporcionar a consecução do objetivo principal do estudo a ser realizado. Ela começa com a definição do percurso metodológico, a escolha dos procedimentos e termina com a trajetória que a pesquisa seguirá. Embora as etapas sejam flexíveis, como apontam Lima *et al.* (2007), algumas partes são essenciais para delimitar o campo de estudo e estabelecer os procedimentos para a coleta de dados, de acordo com os parâmetros temáticos, linguísticos, cronológicos e as principais fontes de consulta.

Assim, seguem as técnicas que serão aplicadas para facilitar a identificação e as relações entre as informações: leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura exploratória, leitura seletiva, leitura reflexiva ou crítica e leitura interpretativa. Após a conclusão das diferentes leituras, procede-se à coleta de informações, que segue o roteiro: identificação, caracterização e contribuições da obra para o estudo proposto.

A pesquisa bibliográfica possibilita uma visão dos estudos produzidos no passado na comunicação científica e, agora, apresenta, de forma sistemática, o que já foi pesquisado e divulgado. Embora restrita, ela proporciona novas evidências, inquietações e novos conhecimentos científicos sobre o objeto de estudo deste artigo: as políticas públicas arquivísticas.

² Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006 – que institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Disponível em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_013_2006.pdf [consult. 20 fev. 2023]. O documento teve duas alterações: a primeira, em 2018, com a Portaria Capes nº 182, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento; a segunda, em 2021, com a Portaria CAPES nº 95, de 14 de junho de 2021, que altera o artigo 11º da Portaria Capes nº 182, de 14 de agosto de 2018.

³ Dados quantificados em dois momentos, fevereiro de 2023 e julho de 2023, por Grande Área e Área do Conhecimento, IES e PPG, classificados por grande região, UFF e ano. Informação disponível em: http://visaoanalitica.capes.gov.br/SASVisualAnalyticsViewer/VisualAnalyticsViewer_guest.jsp?reportName=Banco+de+Teses+e+Disserta%C3%A7%C3%B5es+-+Informa%C3%A7%C3%B5es+quantitativas&reportPath=/DTI/Banco_de_teses_e_dissertacoes/Relatorios&reportViewOnly=false&appSwitcherDisabled=true [consult. 19 jul. 2023].

Nesse sentido, a abordagem da comunicação científica, mais especificamente da literatura cinzenta via pesquisa bibliográfica, propicia reflexões sobre o tema "políticas públicas arquivísticas", contemplado na produção científica dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil.

Os dados foram coletados no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES em fevereiro de 2023 e também em julho de 2023, sem recorte temporal, pois o foco inicial foi identificar as pesquisas defendidas com a referida temática, independentemente do ano de defesa. A definição dos termos nas buscas foi baseada na leitura de referências bibliográficas de José Maria Jardim (1995, 2003, 2006, 2009, 2011), resultando na seleção dos seguintes termos: políticas públicas arquivísticas, política pública de arquivo, políticas arquivísticas, política de arquivo e política nacional de arquivo.

Os dados coletados foram analisados por meio de uma leitura seletiva, complementada por consultas à Plataforma Lattes, a fim de se obter informações preliminares relevantes para a pesquisa, como a modalidade da pós-graduação (mestrado acadêmico, mestrado profissional ou doutorado), o ano de defesa dos TCCs, dissertações e teses, a instituição de ensino responsável pela produção, bem como a região do país, a área do conhecimento do programa de pós-graduação e as palavras-chave utilizadas nas pesquisas.

Essas demandas permitiram uma melhor identificação das temáticas abordadas na produção científica. Essas informações foram coletadas com viés quantitativo e exibidas em gráficos e tabelas.

A seguir, os resultados serão apresentados de acordo com esses termos, encontrados nos títulos, nos resumos e nas palavras-chave dos trabalhos.

Resultados

A seleção de termos para a presente pesquisa foi realizada a partir de leituras que subsidiassem a compreensão do termo políticas públicas arquivísticas, nas interfaces entre a Arquivologia e as Ciências Políticas. Verificou-se que o objetivo dessas políticas é desenvolver, com apoio do Estado, maneiras adequadas de organizar, preservar e fornecer acesso amplo aos documentos arquivísticos e suas informações.

A partir da análise da produção científica mapeada neste estudo, compreende-se que, no campo do saber da Arquivologia, a definição de políticas públicas arquivísticas comumente utilizada é o que José Maria Jardim aponta como:

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais, em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2003:38-39).

Em um de seus artigos, Jardim (2013) afirma que o tema das políticas públicas arquivísticas tem sido abordado não apenas por agentes responsáveis pela gestão de acervos públicos, como também é objeto de pesquisa em todas as esferas, tanto públicas quanto privadas.

Com base nas leituras da produção científica identificada, observa-se que Jardim tem significativa expertise sobre o tema políticas públicas arquivísticas:

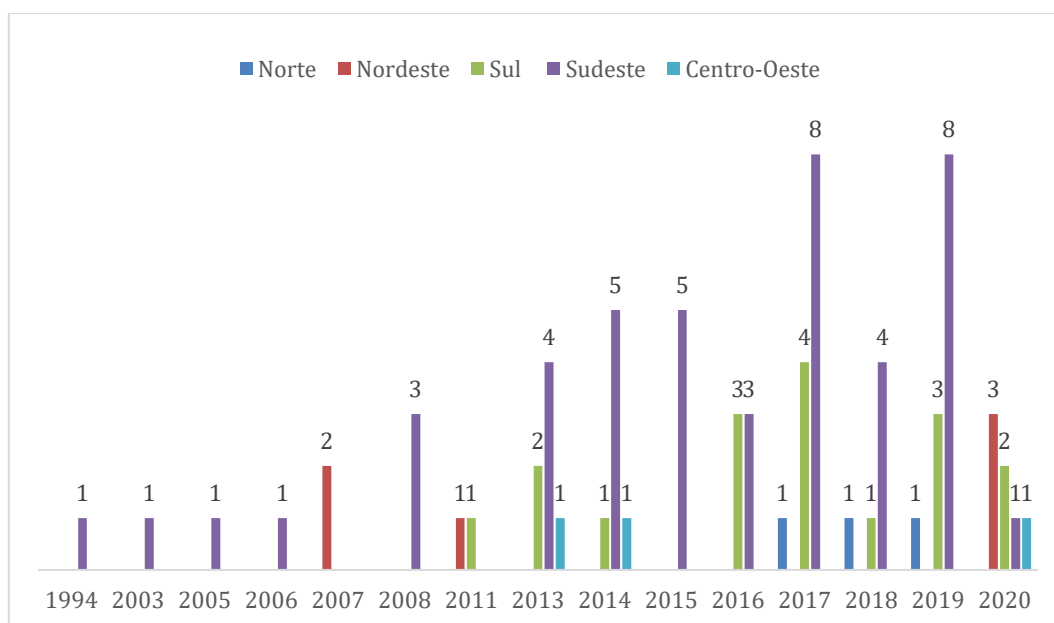
O autor Jardim mantém certa regularidade nas publicações, donde constatamos, no período de 2000 a 2018, a produção de 06 artigos com a temática governança, 09 artigos com a temática política de arquivo e 04 artigos focando outros temas (arquivos, política de informação, usuários e educação) (SILVA, 2020:61).

Assim, sobre as obras mapeadas no Catálogo da CAPES, foram obtidas inicialmente 81. Após leitura de reconhecimento e exploratória, os dados foram reduzidos para 74 obras (apêndice A).

Das 74 obras analisadas, há uma predominância de pesquisas vinculadas aos mestrados acadêmicas e profissionais (65) em relação aos doutorados (9), produzidas entre 1994 e 2020, sobre o tema em estudo. Conforme o gráfico 1, os anos de 2017 e 2019 foram os que apresentaram maior número de defesas, com 13 e 8, respectivamente.

Nota-se que a primeira dissertação foi produzida em 1994, quatro anos após a promulgação da Lei nº 8.159 de 1991, também conhecida como Lei de Arquivos (BRASIL, 1991). Apesar de algumas limitações, como a falta de uma definição clara sobre a Política Nacional de Arquivos, a lei contribuiu para ampliar o diálogo entre o campo arquivístico e o político no âmbito das políticas públicas.

Gráfico 1 – Ano de defesa das teses e dissertações e regiões dos programas de pós-graduação



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Catálogo Teses e Dissertações da CAPES (2023)

As pesquisas foram desenvolvidas em diferentes estados, instituições, programas de pós-graduação e áreas do conhecimento. O Rio de Janeiro lidera com 27 delas, seguido pelo Rio Grande do Sul (16), Minas Gerais (16), Distrito Federal (3), Paraíba (3), Bahia (2), São Paulo (2), Amazonas (1), Ceará (1), Pará (1), Santa Catarina (1) e Tocantins (1). Desse modo, a região sudeste concentra 45 pesquisas, a exemplo do que já foi constatado em outras pesquisas (MARQUES, 2011, 2020). Embora não seja o foco deste trabalho, considera-se relevante que futuros estudos analisem a situação, os impactos e influências das pesquisas em Arquivologia nas diferentes regiões do país.

Quanto às instituições, 69 pesquisas foram realizadas em instituições públicas, destacadamente em universidades federais; cinco o foram em instituições privadas, o que evidencia a importância da cultura de pesquisa promovida nos espaços universitários, conforme apontado por Couture *et al.* (1999).

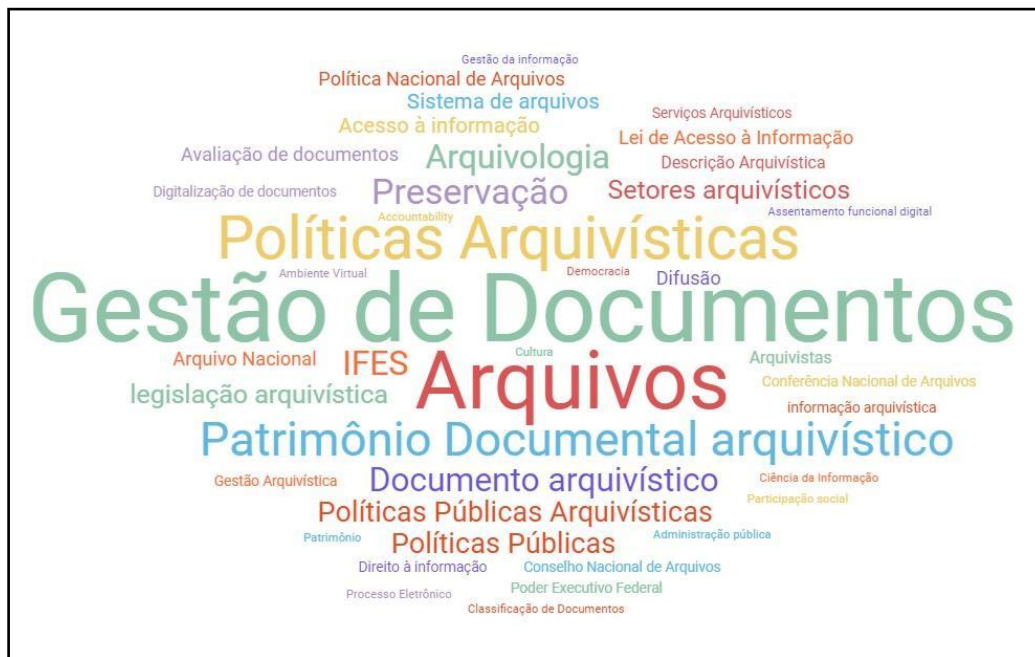
As áreas de conhecimento identificadas nas 74 pesquisas foram, predominantemente, a Ciência da Informação (46), seguida da Interdisciplinaridade (18), da História (4), da Educação (2), da Engenharia de Produção (1), do Direito (1), do Planejamento Urbano e Regional (1) e das Ciências Ambientais (1), reiterando a pluridisciplinaridade do conhecimento arquivístico (MARQUES, 2020), como pode ser observado a partir do gráfico 2.

Gráfico 2 – Áreas de conhecimento das pesquisas científicas mapeadas



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Catálogo Teses e Dissertações da CAPES (2023)

Com o objetivo de identificar os principais assuntos abordados nos 74 trabalhos, foram utilizadas as palavras-chave que constam nos trabalhos. Os assuntos foram listados e computados em ordem de frequência, resultando no gráfico 3, apresentado a seguir.

Gráfico 3 – Temas presentes nas pesquisas científicas identificadas

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Catálogo Teses e Dissertações da CAPES (2023)

Destaca-se, como um dos principais temas do campo arquivístico, a gestão de documentos (33), que abrange questões como programas, instrumentos e ferramentas que possam facilitar o acesso aos documentos arquivísticos. Reiterando as ponderações de Jardim (2008), é crucial que a gestão de documentos esteja respaldada por políticas públicas apropriadas para que seus procedimentos operacionais possam ser implementados nas organizações, facilitando o acesso e a preservação da informação.

Outro tema em destaque são os arquivos como instituições arquivísticas (28), que custodiam diversos acervos em diferentes esferas (federal, estadual e municipal).

Com relação ao tema desta pesquisa, políticas públicas, foram encontradas 9 ocorrências, enquanto políticas arquivísticas foram mencionadas 20 vezes e políticas públicas arquivísticas, 9 vezes. Já a política nacional de arquivos foi mencionada 5 vezes.

Selecionando apenas as pesquisas produzidas nos PPGs em Ciência da Informação, chegamos a 46 pesquisas para uma análise mais detalhada. Observamos que 35 delas foram desenvolvidas por autores com graduação em Arquivologia e 25 que atuam diretamente na área, como arquivistas, em setores administrativos e acadêmicos (estes vinculados aos cursos de graduação em Arquivologia). Além disso, 10 pesquisadores têm vínculo com a área da História e 5 com a Biblioteconomia. Os demais pesquisadores são oriundos de cursos das Ciências Sociais Aplicadas, das Ciências Humanas e da Ciência da Saúde, conforme demonstrado no gráfico 4.

Gráfico 4 – Temas presentes nas pesquisas científicas identificadas



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do Catálogo Teses e Dissertações da CAPES (2023) e na plataforma Lattes (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2023)

Esses dados evidenciam as intensas relações entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, que compartilham espaços institucionais, sendo a Ciência da Informação estabelecida como uma área e a Arquivologia, como uma subárea (BRASIL, 1984). Ambos os campos mantêm discussões científicas, respeitando suas especificidades.

Quarenta destes trabalhos apresentaram definições, características e discussões relacionados às políticas arquivísticas, às políticas públicas arquivísticas e à política nacional de arquivo. Em relação às convergências, novamente é possível observar a frequente referência à obra de Jardim (2003), especificamente à seguinte citação:

[...] o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada (JARDIM, 2003:38).

José Maria Jardim é o autor mais citado nos estudos sobre políticas públicas arquivísticas e políticas arquivísticas, com publicações que abrangem o período de 1995 a 2015. O seu texto mais utilizado pelos pesquisadores é *O Inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas*, publicado em 2003, no livro *Acesso à informação e política de arquivos*. Não por acaso, pois Jardim é um dos principais especialistas sobre o assunto no Brasil. Sua dissertação, intitulada *Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do Sistema Nacional de Arquivos*, defendida em 1994, foi a primeira obra identificada nesta pesquisa. Além disso, é importante destacar que a tese *A Preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*, de Sergio Conde de Albite Silva, defendida em 1998, foi orientada por Jardim, sendo uma das primeiras teses identificadas, nesta pesquisa, sobre o tema trabalhado.

Verificou-se que as publicações de Jardim foram utilizadas tanto para definir políticas públicas arquivísticas quanto para compreender as políticas arquivísticas, o que nos sugere que, para a maioria dos pesquisadores, os dois termos são usados de forma intercambiável.

No entanto, em algumas pesquisas, foi identificada discordância em relação ao uso dos termos. Por exemplo, em uma tese, foi levantada a seguinte reflexão:

Nossa concepção de política de arquivos difere, portanto, do autor, uma vez que defendemos que uma política de arquivos é aquela que orienta o estabelecimento das linhas de trabalho de determinado serviço arquivístico, público ou privado. Nesse sentido, o que a difere de uma política pública arquivística é o fato de que a política de arquivos não resulta da atividade política e, conseqüentemente da ação do Estado, mas, sim, de decisões internas que são tomadas pelos gestores considerando-se as metas e objetivos do arquivo e, conseqüentemente, da instituição que o abriga (ADÃO, 2017:119).

Outro ponto amplamente aceito é a ideia de que as políticas públicas arquivísticas estão incluídas na esfera mais ampla das políticas públicas de informação.

Políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais. Por serem parte integrante do contexto informacional, as políticas voltadas para a questão dos arquivos deveriam dialogar com outros processos do campo informacional, compartilhando e recebendo recursos, com vistas à sua consolidação (SILVA, 2019:31).

De acordo com uma das dissertações, "as políticas públicas de informação são moldadas, implementadas e redefinidas a partir de um cenário de forças que atuam não apenas dentro do Estado, mas também na sociedade" (BANDEIRA, 2007:41). Porém, Jardim (2013) aponta que em algumas instituições, as políticas públicas arquivísticas são discutidas sem levar em consideração as políticas públicas de informação:

Da mesma forma, são frequentes situações nas quais políticas públicas de informação – muitas vezes em nível nacional – desconhecem por completo as peculiaridades do universo arquivístico. Em alguns casos, por exemplo, políticas arquivísticas e políticas de governo eletrônico são concebidas e desenvolvidas como se pertencessem a universos paralelos ou vice-versa (JARDIM, 2013:200).

A relevância da pesquisa sobre o tema é enfatizada em todos os estudos, com argumentos variados que convergem para o que é apresentado na introdução da dissertação de Cerqueira (2018).

Em sentido bastante amplo, as políticas públicas para arquivos teriam como objetivo consolidar ações, programas, decisões, recursos, entre outros fatores voltados à gestão, preservação, conservação e auxílio à administração dos arquivos públicos e privados, baseando-se na integração entre os arquivos públicos brasileiros e outras instituições públicas detentoras de arquivos (CERQUEIRA, 2018:12).

Como também apresenta Carvalho (2014), em sua dissertação:

As políticas públicas arquivísticas, então, têm uma importância significativa nesse contexto, haja vista que, são os arquivos produzidos pelo Estado no curso de suas atividades, um dos lócus [sic] da informação produzida, armazenada e recuperada relativa a estas funções e, que tanto interessam ao indivíduo, à sociedade e ao próprio Estado (CARVALHO, 2014:41).

Um dos aspectos interessantes desta revisão de literatura foi a identificação de que, para alguns pesquisadores, não existem políticas públicas arquivísticas no Brasil como apontado por Silva (2008), Santos (2013), Carvalho (2014), Martins (2014), Oliveira (2016), Carvalho (2017), Rodrigues (2017), Trindade (2018), Coutinho (2019), Martins (2019), Bueno (2019), Vilela (2019 e Silva (2019). Bueno (2019) retoma obras de José Maria Jardim, para lembrar que “são discussões com poucos estudos, estimuladas nas últimas duas décadas principalmente pela escassez ou ausência de reflexões mais aprofundadas na literatura arquivística” (BUENO, 2019:98).

Assim, ao término da leitura dos 46 trabalhos, notamos outras questões relevantes, como: leis e normas, mesmo que direcionadas ao campo arquivístico, não garantem políticas públicas, conforme sinalizado por Freixo (2007), Indolfo (2008, 2013), Rodrigues (2013), Silva (2014), Nascimento (2014), Adão (2017), Cerqueira (2018), Bueno (2019), Silva (2020); embora o tema de políticas públicas arquivísticas esteja presente no campo da Arquivologia, é necessário um aprofundamento desse debate, conforme apontado por Bandeira (2007), Rodrigues (2013), Santos (2013), Adão (2017), Martins (2019), Bueno (2019), Vilela (2019) e Silva (2019); as políticas públicas arquivísticas são vistas como uma maneira de fortalecer as instituições arquivísticas e os seus acervos, especialmente aqueles vinculados ao Estado e aos serviços arquivísticos, como demonstrado nas pesquisas de Santos (2013), Rodrigues (2013), Oliveira (2016), Carvalho (2017), Trindade (2018), Vilela (2019) e Silva (2020).

Considerações finais

A partir da análise dos dados coletados nesta pesquisa, vislumbramos diálogos profícuos entre a Arquivologia e a Ciência Política, especialmente no que diz respeito às políticas públicas e seus desdobramentos. Ao mapear 74 TCCs, dissertações e teses no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, verificamos a presença do tema políticas públicas arquivísticas na produção científica de PPG's em Ciência da Informação, reiterando as relações desta disciplina com a Arquivologia e suas abordagens teóricas mais caras em torno de discussões sobre políticas públicas.

Além disso, constatamos que as discussões envolvendo a Arquivologia e elementos da Ciência Política se estendem a outras áreas e temas, como História, Administração, Direito, Cultura e Democracia, o que evidencia as diversas fronteiras e diálogos interdisciplinares entre essas disciplinas e os temas de interesse.

Necessário destacar a importância da verticalização desses estudos. A leitura dos 46 trabalhos caracterizados como literatura cinzenta, produzidos na área da Ciência da Informação se mostrou fundamental para fundamentar reflexões acerca das políticas (públicas) arquivísticas. Tais políticas são entendidas como premissas, decisões e ações

inseridas nas agendas governamentais do Estado e das instituições, visando atender aos interesses da sociedade em relação à (co)produção, (re)uso e preservação dos documentos e informações arquivísticas.

Algumas questões precisam ser aprofundadas no que diz respeito ao tema, como as relações entre políticas públicas e práticas arquivísticas, as intersecções entre a Arquivologia e as Ciências Políticas, a inclusão das políticas públicas arquivísticas nas agendas de pesquisa da Arquivologia, entre outras.

Observa-se que, apesar das dúvidas que persistem, as políticas públicas arquivísticas – seja ou não sinônimo de políticas arquivísticas – são fundamentais para a organização, o controle, a preservação e a promoção do acesso à informação no desenvolvimento da sociedade, em plena consonância com os direitos dos cidadãos no o exercício da Democracia.

Referências bibliográficas

ADÃO, Sheila Margareth Teixeira

2017 1ª CNARQ: a Conferência Nacional de Arquivos e a construção de uma política nacional para os arquivos brasileiros. Belo Horizonte, 2017.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2018 *NBR 6.028: Informação e documentação: resumo: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS

2011 *NBR 14.724: Informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

BANDEIRA, Aline Alves

2007 *A Lei de Arquivo no Brasil e o Direito à Informação*. Salvador, 2007.~
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Universidade Federal da Bahia.

BOTELHO, Rafael Guimarães; OLIVEIRA, Cristina da Cruz

2015 Literaturas branca e cinzenta: uma revisão conceitual. *Ciência da Informação*. [Em linha]. 44:3 (2015). [Consult. 2 mar. 2023]. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1804/3251>.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

2021 *Portaria CAPES nº 95, de 14 de junho de 2021*. Altera o artigo 11º da Portaria Capes nº 182, de 14 de agosto de 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

2018 *Portaria CAPES nº 182, de 14 de agosto de 2018*. Dispõe sobre processos avaliativos das propostas de cursos novos e dos programas de pós-graduação stricto sensu em funcionamento. [Em linha]. 2018. [Consult. 28 fev. 2023]. Disponível em: [CAPES - Catálogo de Atos Administrativos](https://catálogo.de.atos.administrativos).

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

[20--] *Currículo Lattes*. [Em linha]. [20--]. [Consult. 28 fev. 2023]. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

1984 *Áreas do conhecimento: classificação*. Brasília: CNPq, 1984.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

2006 *Ministério da Educação – MEC, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES: Portaria nº 013, de 15 de fevereiro de 2006*. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1998 Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1998.

BRASIL. Leis, decretos, etc.

1991 Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 1991.

CARVALHO, Priscila Freitas de

2014 *Os Efeitos da lei de acesso à informação na gestão das informações arquivísticas: caso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, 2014.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal Fluminense.

CERQUEIRA, Genevieve da Cruz de

2018 *A Política nacional de arquivos públicos e privados sob a ótica de novos acontecimentos: a I Conferência Nacional de Arquivos e plano nacional setorial de arquivos*. Niterói, 2018.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal Fluminense.

COSTA, Belkiz Inez Rezende

2019 *Visibilidade e impacto da literatura cinzenta produzida na Universidade Federal de Minas Gerais: os impactos acadêmico e social das teses e dissertações*. Belo Horizonte, 2019.

Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel

1999 *A Formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Trad. Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

HOLLÓS, Adriana Cox

2014 *O Futuro da memória digital na administração pública federal brasileira*. Rio de Janeiro, 2014.

Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

JARDIM, José Maria

2015 *Caminhos e perspectivas da Gestão de Documentos em cenários de transformações*. *Acervo*. 28 (2015) 19-50.

JARDIM, José Maria

2013 *De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? : percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo federal*. *Ciência da Informação*. 42 (2013) 35-49.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio de Albite; NHARRELUGA, Rafael S.

2009 Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. 14:1 (2009) 2-22. [Consult. 2 mar. 2023]. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/32975>.

JARDIM, José Maria

2008 Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006) In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9º, Brasília, 2008 - *Anais ...* [Em linha]. Brasília, DF: UNB, 2008. [Consult. 1 jan. 2023]. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180386>.

JARDIM, José Maria

2006 Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo e Administração*. 5 (2006).

JARDIM, José Maria

2003 O Inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In *Acesso à informação e política de arquivos*. Org. Eliana Mattar. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 37-52.

JARDIM, José Maria

1995 *Sistemas e políticas públicas de Arquivos no Brasil*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

JARDIM, José Maria

1994 *Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do Sistema Nacional de Arquivos*. Rio de Janeiro, 1994.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação - Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMA, Telma Cristina Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso

2007 Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*. [Em linha]. 10:10 (2007) 37-45. [Consult. 15 jan. 2023]. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt#>.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2020 L'État de la recherche archivistique dans les masters et doctorats brésiliens (1972-2018). *La Gazette des Archives*. 257 (2020) 121-136.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha

2011 *Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. Brasília, 2011.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação - Universidade de Brasília.

MOURA, Eliene Maria Vieira de

2009 *Normalização das teses e dissertações no contexto da biblioteca digital*. Fortaleza, 2009.
Dissertação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior – Universidade Federal do Ceará.

PINHEIRO, Lena Vânia; OLIVEIRA, Eloísa da C. P de, org.

2012 Múltiplas facetas da comunicação e divulgação científicas: transformações em cinco séculos. [Em linha]. Brasília: Ibict, 2012. [Consult. 25 fev. 2023]. *E-book* disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/711/1/M%C3%BAltiplas%20facetas%20da%20comunicação%3%A7%C3%A3o%20e%20divulgação%3%A7%C3%A3o%20científicas.pdf>.

SILVA, Ney Lúcio da

2019 *Políticas de arquivo e gestão de documentos no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*. Belo Horizonte, 2019.
Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais.

SILVA, Sérgio Conde de Albite

2008 *A Preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro, 2008.
Tese de Doutorado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia / Universidade Federal Fluminense.

Eliane Silveira Gonçalves | elianegoncalves@ufam.edu.br

Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Angelica Alves da Cunha Marques | profangelicamarques@gmail.com

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

APÊNDICE A – Produção científica sobre políticas públicas arquivísticas, políticas arquivísticas e política nacional de arquivo dos PPGs brasileiros

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
1994	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	José Maria Jardim	Cartografia de uma ordem imaginária: uma análise do sistema nacional de arquivos	Mestrado
2003	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Maria Cristina Vieira de Freitas	Tudo passa e tudo fica no caminho que se faz: um estudo qualitativo de acervo e fundo de arquivo de instituição cultural, sob o paradigma que insere a arquivologia no contexto de uma Ciência da Informação	Mestrado
2005	HISTÓRIA	Maria de Lourdes Ferreira	Os Arquivos da administração pública nos municípios do Grande ABC Paulista: a busca do fio de Ariadne	Mestrado
2006	HISTÓRIA	Silvia Regina Dain Gandelman	Acervos culturais e acesso ao público: questões jurídicas	Mestrado
2007	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Aline Alves Bandeira	A Lei de Arquivo no Brasil e o Direito à Informação	Mestrado
2007	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Aurora Leonor Freixo	Gestão de Arquivos na administração pública do Estado da Bahia: da prática burocrática ao discurso gerencialista	Mestrado
2008	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Celeste Indolfo	O Uso de normas arquivísticas no estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal	Mestrado
2008	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Sergio Conde de Albite Silva	A Preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil	Doutorado
2008	HISTÓRIA	Paulo Sérgio de Souza e Silva	Políticas culturais e arquivos públicos: difusão cultural, acesso e preservação do patrimônio cultural em Minas Gerias: 1995-2005	Mestrado
2011	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Andrea Vieira Castro de Amorim	Arquivo e Informação: os caminhos da Gestão de Documentos na Universidade Federal da Paraíba	Mestrado
2011	INTERDISCIPLINAR	Maria Candida da Silveira Skrebsky	Os Abas largas da brigada militar em fotografias: políticas arquivísticas para preservação e difusão da memória	Mestrado
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Celeste Indolfo	Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na administração pública federal: 2004-2012	Doutorado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Caroline Lopes Durce	Requisitos para implementação de políticas arquivísticas institucionais: estudo do caso da Universidade de Brasília	Mestrado
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Rosilene Silva dos Santos	Gestão de Documentos na administração pública estadual de Minas Gerais: um estudo de caso	Mestrado
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Marcia Lutterbach Rodrigues	A Construção de uma política nacional de arquivos: bases conceituais, ações e problemas	Doutorado
2013	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Luiz Carlos da Silva	Políticas Públicas de Arquivo: a gestão documental do arquivo público do estado do Espírito Santo	Mestrado
2013	INTERDISCIPLINAR	Rosilaine Zoch Bello	Sistema de Arquivos da UFSM: a capacitação profissional em gestão arquivística na modalidade à distância	Mestrado
2013	INTERDISCIPLINAR	Sergio Renato Lampert	Repositório digital para o patrimônio arquivístico documental: subsídio para acesso e preservação do diário de classe	Mestrado
2014	INTERDISCIPLINAR	Marco Antônio da Luz	A Lei de acesso às informações públicas em consonância com o patrimônio documental dos municípios da grande Santa Rosa: recomendações e diretrizes para uma política pública arquivística	Mestrado
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Paola Rodrigues Bittencourt	Implementação da Lei de Acesso à Informação no poder executivo federal: uma análise a partir dos serviços arquivísticos	Mestrado Profissional
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Fabiane Silva Martins	Olhares e perspectivas da imprensa sobre a LAI: pontuações acerca do acesso à informação	Mestrado Profissional
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Priscila Freitas de Carvalho	Os Efeitos da lei de acesso à informação na gestão das informações arquivísticas: caso da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Mestrado
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Adriana Lucia Cox Hollos	O Futuro da memória digital da administração pública federal brasileira	Doutorado
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Cristiane Basques da Cunha Silva	O Patrimônio arquivístico brasileiro diante dos riscos de destruição: estudo sobre a vulnerabilidade dos acervos, as ações estatais de proteção e os seus limites	Mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2014	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Francisco Jose Tavares do Nascimento	O Acesso nos arquivos de instituições de saúde: entre o direito à informação e o direito à intimidade	Mestrado Profissional
2015	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Wendell Lopes de Assis	Arquivos legislativos: a política pública arquivística em instituições legislativas municipais	Mestrado
2015	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Leandro Pinheiro de Carvalho	Diagnóstico dos serviços arquivístico do poder executivo do município de Duque de Caxias	Mestrado Profissional
2015	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ana Lucia da Silva do Carmo	Estratégias de mediação arquivística nas instituições federais de ensino superior	Mestrado
2015	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Ramon Maciel Ferreira	Universidade Federal de Juiz de Fora: um estudo de caso sobre a implantação de procedimentos arquivísticos para a otimização da gestão por PDCA	Mestrado
2015	CIÊNCIAS AMBIENTAIS	Valdete Barros Barbosa	Gestão documental em instituições educacionais	Mestrado
2016	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Cintia Aparecida Chagas Arreguy	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil	Doutorado
2016	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Thais Nodare de Oliveira	Centros de Memória e Documentação da Universidade Federal de Minas Gerais: perfis institucionais e políticas de acervo	Mestrado
2016	INTERDISCIPLINAR	Medianeira Aparecida Pereira Goulart	Políticas arquivísticas no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: arquivo central e cultural organizacional, um elo indissociável	Mestrado
2016	INTERDISCIPLINAR	Eliseu dos Santos Lima	Arquivos universitários: o acesso e a difusão dos acervos e serviços dos setores de arquivo das IFES da Região Sul do Brasil	Mestrado
2016	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Anna Beatriz Castro e Oliveira	Gestão de documentos e arquivos no Poder Executivo Estadual Brasileiro: estudo de identificação das políticas, programas e instrumentos metodológicos	Mestrado
2016	INTERDISCIPLINAR	Graziella Ce	Uma Política de identificação de fundos, descrição e difusão documental em instituições federais de ensino superior	mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Bruno Gomes da Silveira	Preservação digital dos processos judiciais eletrônicos: políticas arquivísticas no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Minas Gerais	Mestrado
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Gleice Carlos Nogueira Rodrigues	Arquivos, Estado e Sociedade: atores e concepções arquivísticas no contexto político: 2011-2014	Mestrado Profissional
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Alessandra de Carvalho Germano	Diretrizes para aquisição de arquivos: uma contribuição à política de arquivos da Universidade Federal de Juiz de Fora	Mestrado Profissional
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Juliana Loureiro Alvim Carvalho	O Arquivo público de Macaé: cenário institucional e arquivístico: 2005-2016	Mestrado Profissional
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Igor Jose de Jesus Garcez	Proposta para a política e o sistema de arquivos da Universidade Federal Fluminense	Mestrado Profissional
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Sheila Margareth Teixeira Adao	1ª CNARQ: a Conferência Nacional de Arquivos e a construção de uma política nacional para os arquivos brasileiros	Doutorado
2017	INTERDISCIPLINAR	Gislaine Pinto Kramer	Arquivo e Sociedade: formação e acesso ao patrimônio arquivístico nos municípios do estado do Rio Grande do Sul	Mestrado
2017	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Zenobio Dos Santos Junior	Acervo acadêmico das instituições federais de ensino superior (IFES): manutenção, guarda e acesso aos documentos de arquivo	Mestrado
2017	DIREITO	Felipe Braga de Oliveira	Patrimônio cultural e gestão documental nos arquivos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	Mestrado
2017	INTERDISCIPLINAR	William Jeronimo Gontijo Silva	A Preservação do patrimônio documental arquivístico da federação espírita do Rio Grande do Sul	Mestrado
2017	EDUCAÇÃO	Felipe Henrique Alves de Andrade	Os Desafios na implementação do sistema de arquivos na Universidade Federal de Juiz de Fora: o caso da CAP/PROGEPE	Mestrado
2017	INTERDISCIPLINAR	Elisangela Gorete Fantinel	Arquivo universitário: preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande - FURG	Mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2017	INTERDISCIPLINAR	Cinara Reis Flores	Treinamento de servidores via <i>moodle</i> com vistas a preservação do patrimônio documental da Universidade Federal do Pampa	Mestrado
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Martha Myrrha Ribeiro Soares	Os Arquivos municipais da região Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro: identificação do patrimônio documental arquivístico e a proposta de criação do arquivo público municipal de Angra dos Reis	Mestrado Profissional
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Flavio Monteiro da Trindade	Gestão de documentos na UFRJ: a cartografia profissional arquivística	Mestrado Profissional
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Luiza Morgana Klueger Souza	Legislação arquivística e Gestão de Documentos do município de Joinville (SC): preservação do patrimônio documental arquivístico	Mestrado Profissional
2018	PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	Marco Aurelio Aguiar Reis	Sistema de Arquivos: uma proposta de gestão documental coordenação para a UFT	Mestrado
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Genevieve da Cruz de Cerqueira	A Política nacional de arquivos públicos e privados sob a ótica de novos acontecimentos: a I Conferência Nacional de Arquivos e o plano nacional setorial de arquivos	Mestrado
2018	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Rafaela Augusta de Almeida	Identificação arquivística como base do programa de Gestão de Documentos da defensoria pública do estado de São Paulo (PGD-DPESP)	Mestrado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Luiz Antonio Santana da Silva	Documentos audiovisuais no Brasil: trajetória, institucionalização e novas perspectivas	Doutorado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Silvia de Araujo Coutinho	Políticas, programas e serviços arquivísticos: uma abordagem das instituições federais de ensino superior	Mestrado Profissional
2019	HISTÓRIA	Glauce Cristina da Conceição Silva	Proposta para tratamento da massa documental acumulada da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ	Mestrado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Wanessa Rodrigues Martins	Representação arquivística: o papel do CIA e do CONARQ para o desenvolvimento de políticas de descrição	Mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Suellen Alves de Melo	Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook	Mestrado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Ney Lucio da Silva	Políticas de arquivo e Gestão de Documentos no âmbito da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica	Mestrado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Danilo Andre Bueno	Gestão de documentos no âmbito das políticas públicas arquivísticas do poder executivo estadual no Brasil	Doutorado
2019	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Amanda Barbosa Vilela	Os Arquivos no contexto das ações de transparência do poder executivo do município de Niterói, RJ	Mestrado
2019	INTERDISCIPLINAR	Priscila Marcondes da Silva	O Patrimônio documental como fonte de conhecimento para a conservação do acervo do LabDoc - UFRRJ	Mestrado
2019	INTERDISCIPLINAR	Claudinei Carin Seiffert	Acesso e transparências ativas de informações e documentos do IFRS através da plataforma arquivística ATOM	Mestrado
2019	INTERDISCIPLINAR	Sandra Messa A Silva	Análise do assentamento funcional digital (AFD) sob a perspectiva arquivística e sua implantação no âmbito das IFES	Mestrado
2019	INTERDISCIPLINAR	Eduardo Rafael Miranda Feitoza	Implantação de gestão de documentos arquivísticos digitais na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica sob o prisma da Norma ISO 15.489:2016	Mestrado
2020	INTERDISCIPLINAR	Dayana Ribeiro Rodrigues	Políticas de preservação de documentos arquivísticos digitais produzidos pelo sistema eletrônico de informações (SEI) nas instituições federais de ensino superior	Mestrado
2020	INTERDISCIPLINAR	Priscila Lucrecio Duarte	Atores e seus critérios na aferição de valor histórico nos Processos Judiciais Gaúchos	Mestrado
2020	INTERDISCIPLINAR	Rosana Bortoluzzi	O Assentamento funcional digital: elaboração de um instrumento de padronização de procedimentos para a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSM	Mestrado

Ano	Area Conhecimento	Autor	Título das pesquisas	Modalidade
2020	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Luiz Carlos da Silva	Desafio da implementação da política pública de arquivos: as funções arquivísticas e o acesso à informação na prefeitura municipal de Vitória, ES	Doutorado
2020	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Barbara Carvalho Diniz	Gestão da Informação no sistema de processo judicial eletrônico (PJe) do Tribunal Regional do Trabalho - TRT 13ª REGIÃO	Mestrado
2020	EDUCAÇÃO	Arlene Xavier Santos Costa	PEN-SEI: a implantação do processo eletrônico nacional através do sistema eletrônico de informações na Universidade Federal de Juiz de Fora	Mestrado
2020	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	Marisa Vieira Leite da Silva	Análise comparativa entre as legislações brasileira, canadense e espanhola aplicadas à digitalização de documentos arquivísticos	Mestrado